



REQUERIMENTO Nº , **DE 2023**
(Da Sra. BIA KICIS)

Requer a realização de audiência pública sobre a Missa Tridentina, a fim de estabelecer o Dia Nacional da Missa Tridentina no País

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de audiência pública sobre a Missa Tridentina, também chamada de Rito Litúrgico Latino Extraordinário da Missa, como uma das diversas formas de comunicar a sacralidade do sacrifício de Cristo.

Para participação da Audiência Pública sugerimos o nome dos seguintes convidados:

Prof. Dra. Ir. Anna Maria Fedeli (Maria Ivone Pereira de Miranda Fedeli) – Doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2007), onde também realizou seu Mestrado (2002), na mesma área, e a graduação em Letras (1983), tem também graduação em Pedagogia pela Universidade São Marcos (1996). Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Filosofia Medieval Latina e de Filosofia Medieval em Árabe da PUC-SP, trabalhando com textos de São Tomás de Aquino. Possui MBA em Gestão Escolar pela ESALQ-USP. A partir de 2019, Maria Ivone Pereira de Miranda Fedeli passou a utilizar também o nome religioso de Ir. Anna Maria Fedeli. É a Madre superiora da Fraternidade São Mauro, diretora do Colégio São Mauro e presidente da Associação São João Bosco há 30 anos.





Pe. Daniel Pinheiro – Sacerdote Superior do Distrito da América Latina do Instituto Bom Pastor - IBP, ordenado há 11 anos na Paróquia Saint-Éloi em Bordeaux na França. Desde a aprovação do Arcebispo de Brasília Dom Sérgio da Rocha, passou a celebrar a Missa Tridentina na Capela Nossa Senhora das Dores, abençoada solenemente por Dom José Aparecido Gonçalves de Almeida, Bispo Auxiliar de Brasília, em 2014, nesta capital, onde preside o IBP desde então.

Pe. Bráulio Róger Martins Nunes Pereira, CSsR - Padre redentorista com mais de 15 anos de sacerdócio, diretor espiritual e fundador da Associação São José e pároco da Capela São José em Goiânia-GO.

Pe. Luiz Fernando Karps Pasquotto - Possui graduação em Teologia pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2015) e é sacerdote há 10 anos no Instituto Bom Pastor, em Brasília – DF.

Prof. André da Silva Melo - Casado, pai de sete filhos, com formação na área de tecnologia e MBA em Marketing e Mercados Financeiros. Graduado em História e possui especialização em Ensino Religioso pela PUC-SP. Empreendedor na área de tecnologia, CEO do site e da Editora Flos Carmeli, professor de religião e História da Igreja no Colégio São Mauro.

Prof. Dr. Álvaro Alberto Ferreira Mendes Junior – Presidente do Centro Dom Bosco, associação católica com mais de 400 mil inscritos no seu canal do YouTube e que já publicou mais de 150 obras com milhares de exemplares vendidos. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2014), mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2013) e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2006).

Pe. Marcos Vinícius Mattke – ordenado sacerdote pelo Instituto Bom Pastor - IBP em 2017, na Igreja Paroquial Santo Elígio, em Bordeaux, na França.

Pe. Eryc Arnold Castro dos Santos - sacerdote ordenado pelo Instituto Bom Pastor – IBP.





JUSTIFICAÇÃO

A celebração da santa Missa tem sido comunicada aos fiéis católicos de uma mesma maneira seguindo a tradição e o magistério. No entanto, a forma de rezá-la foi sendo alterada ao longo do tempo.

No dia 14 de julho de 1570, São Pio V, o então Papa, emitiu uma bula pontifícia chamada *Quo Primum Tempore* (em português: desde o primeiro momento) como um conjunto de medidas que a Igreja Católica adotou à época buscando unificar textos referenciais e procedimentos para bem rezar a liturgia, de modo solene, usando o latim e o canto gregoriano, e tendo o sacerdote a postura *versus Deum*, ou seja, de frente para Deus e de costas para o povo durante praticamente todo o rito.

O Concílio, realizado para este fim, ficou conhecido como Concílio de Trento, e a Missa, ali colocada em procedimentos, no que ficou conhecido como Missal, passou a ser conhecida como Missa Tridentina, isto é, a Missa estabelecida pelo Concílio de Trento. Isso há quase quinhentos anos.

Naquela ocasião, a Igreja tornava obrigatória a adoção do novo Missal em toda Igreja Latina, permitindo exceção apenas para costumes diferentes que estivessem sendo celebrados ininterruptamente por, no mínimo, duzentos anos.

A Missa que os portugueses rezaram quando aportaram no Brasil de 1500 no dia 26 de abril foi, com certeza, muitíssimo parecida com esta que aqui fazemos referência; a Missa que rezaram muitos santos conhecidos, como São José de Anchieta, São João Bosco, São Cura D'Arce e São Padre Pio; a Missa que os brasileiros rezaram no dia em que Nossa Senhora Aparecida foi oficialmente proclamada a padroeira do Brasil em 16 de julho de 1930.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputada Federal **BIA KICIS** – PL/DF

A fim de levar ao conhecimento do povo, e honrar aqueles que ainda participam deste rito da Igreja Católica Apostólica Romana, propomos aqui uma audiência para ouvir e conhecer mais sobre esta tradição.

Agradeço antecipadamente pela atenção ao presente requerimento e aguardo aprovação para realização da importante oitiva.

Sala da Comissão, de _____ de 2023

Deputada **BIA KICIS**
PL/DF

